etrônico

Estratégia
CONCURSOS

Aul

Economia Brasileira p/ ABIN (Oficial de Inteligência - Área 2) Com videoaulas - Pós-Edital

Professor: Vicente Camillo

Aula 00

APRESENTAÇÃO DO CURSO
ANOS 80
PLANOS HETERODOXOS

Sumário

Sumário 1
Apresentação do Curso 2
Conteúdo e Estrutura do Curso 3
Metodologia 5
A Metodologia Funciona? 5
Cronograma e Avisos 6
Início dos anos 80 e a Crise da Dívida 8
Planos Heterodoxos dos Anos 80 15
Plano Cruzado 15
Plano Bresser 18
Plano Verão 20
Governo Collor 23
Questões Propostas 29
Gabaritos 34
Questões Comentadas 35
Considerações Finais 36

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Estimado aluno (a), tudo bem?

Fico muito satisfeito em ministrar o presente curso de **ECONOMIA BRASILEIRA P/ ABIN (OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2) COM VIDEOAULAS - PÓS-EDITAL**.

O curso está sendo lançado com base no edital, publicado pelo CESPE/UNB[1]. (**É importante citar que o presente curso contempla 100% do conteúdo exigido pelo edital).**

Bom, meu nome é Vicente Camillo, sou **Economista** formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com especializações em **Regulação do Mercado de Capitais** (Columbia Law School), **Contabilidade e Auditoria** (FIPECAFI/USP) e **Carreiras Públicas** (Anhanguera/Uniderp).

Atualmente trabalho na Comissão de Valores Mobiliários, cuja sede (meu local de trabalho) é no Rio de Janeiro/RJ. Lá trabalho com a regulação das companhias abertas, além de representar a autarquia em fóruns nacionais e internacionais sobre governança corporativa e desenvolvimento.

Ministro aulas de Economia, Conhecimentos Bancários, Estrutura e Funcionamento do Sistema Financeiro e Direito Societário, em nível de graduação, em cursos livres preparatórios para concursos públicos e certificações. Sou professor do **Estratégia Concursos desde 2013!**

Além do meu e-mail **vdalvocamillo@gmail.com** e do **Fórum de Dúvidas** disponível na área restrita aos alunos matriculados no curso, você pode me encontrar em minha página pessoal do Facebook, onde posto, rotineiramente, materiais, dicas, exercícios resolvidos e assuntos relacionados. É só acessar em: https://www.facebook.com/profvicentecamillo.

[1] http://www.cespe.unb.br/concursos/ABIN_17/arquivos/ED_1_2017_ABIN_17_ABT.PDF

Conteúdo e Estrutura do Curso

Nosso curso será dividido em 6 aulas. Os tópicos são os seguintes:

- A economia brasileira do século XIX à crise de 1929. O modelo agroexportador. Políticas econômicas e crescimento industrial.
- Industrialização brasileira e política econômica: 1930-1945. Modelo de Industrialização por Substituição de Importações. Plano SALTE. O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas.
- O Período 1962-1967. Reformas no sistema fiscal e financeiro. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).
- A Retomada do Crescimento 1968-1973. Causas do "Milagre Econômico". O Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Desaceleração econômica e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).
- A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento externo e as políticas de estabilização. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação
- Economia brasileira na década de 1990. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos; desindustrialização e reprimarização da economia brasileira; a reforma do estado e as privatizações. Plano Real. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos.
- O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Desequilíbrios regionais. Distribuição de renda e pobreza. A reforma do estado e as privatizações. Mercado de trabalho e emprego.

Em todas aulas adotaremos a mesma metodologia: **apresentação teórica e resolução de (muitos!) exercícios.** Sendo, é claro, que a prioridade será resolver questões do CESPE.

No que tange à economia brasileira cobrada em concursos, é mais eficiente resolver muitos exercícios do que propriamente estudar a matéria em todos seus detalhes. O edital cobra os conhecimentos de economia brasileira desde o início do século XX para, provavelmente, cobrar poucas questões na prova sobre o assunto. E, mais, as questões costumam ser muito simples, o que torna mais ineficiente ainda o estudo detalhado da matéria para um bom resultado em concursos públicos.

Neste sentido, indico que você assista os vídeos e leia a parte teórica no intuito de conhecer os tópicos mais importantes. Os tópicos apresentados no PDF estão esquematizados já com este objetivo: servir como resumo do que é cobrado na prova. O foco do seu estudo deve ser a resolução de exercícios.

O curso também irá também contemplar vídeo aulas para todos os tópicos. Caso você não as tenha visualizado, é porque estão sendo gravadas e em processo de edição.

O aluno interessado na aprovação neste certame necessita cumprir com dois objetivos: **compreender a matéria e saber resolver as questões**. Nada adianta saber tudo sobre mercado de valores mobiliários, mas não ter a prática (a manha) na resolução de questões. Afinal, o que **importa** é pontuar o máximo possível na prova!

Por isto que me comprometo na oferta destes dois pressupostos necessários para sua aprovação. A apresentação da teoria será feita de modo a facilitar a compreensão e memorização da mesma. A resolução de questões permite colocar em prática o esforço da compreensão.

Assim, as aulas terão a seguinte estrutura:

- **Teoria** esquematizada e adequada à linguagem da banca
- **Questões** resolvidas da banca organizadora

- **Videoaulas**
- **Fórum de dúvidas** e atendimento individualizado ao aluno

Metodologia

- Os assuntos serão tratados **ponto a ponto**, com **LINGUAGEM OBJETIVA**, **CLARA, ATUALIZADA** e de **FÁCIL ABSORÇÃO**. Teremos, ainda, **videoaulas** da matéria para que você possa complementar o estudo. Tudo para facilitar o aprendizado.
- A resolução de questões é **uma das técnicas mais eficazes para a absorção do conhecimento** e uma importante ferramenta para sua preparação, pois além de aprender a parte teórica, você aprende a fazer a prova. Quanto mais questões forem feitas, melhor tende a ser o índice de acertos. O motivo é muito simples: quando falamos em provas de concurso, todo aluno deve ter em mente que o seu objetivo é aprender a resolver questões da forma como elas são elaboradas e cobradas pelas bancas.
- O foco no Estratégia Concursos são os materiais em pdf. **As aulas em vídeo visam COMPLEMENTAR o estudo** e compreendem a **PARTE TEÓRICA DOS PRINCIPAIS PONTOS DA DISCIPLINA**. O objetivo é facilitar o aprendizado e a absorção do conteúdo daqueles que terão um primeiro contato com a disciplina.
- Nosso estudo não se limita apenas à apresentação das aulas ao longo do curso. É natural surgirem dúvidas. Por isso, estarei sempre à disposição para **responder aos seus questionamentos por meio do fórum de dúvidas.**

A Metodologia Funciona?

Acreditamos que a nossa metodologia seja o ideal para o nosso objetivo: **Fazer você acertar as questões de prova.** Temos certeza que estamos no caminho certo quando recebemos avaliações através do nosso sistema em relação aos cursos ministrados, como as apresentadas abaixo:

Data: 05/11/2017 20:28:35
Produto: Sistema Financeiro Nacional e Sistema de Pagamentos Brasileiro p/ Analista do BACEN
Professores: Vicente Camillo
Resposta: Professor e material excelentes. Os PDFs, particularmente, são muito bem estruturados.

Data: 29/11/2017 11:57:04
Produto: Sistema Financeiro Nacional para Cursos Extensivos - Bacen
Professores: Vicente Camillo
Resposta: Curso excelente! Imprescindível para minha aprovação.

Data: 19/12/2017 23:58:37
Produto: Economia e Finanças Públicas p/ CAGE-RS (Auditor do Estado) Pós-Edital
Professores: Vicente Camillo
Resposta: Excelente!

Data: 26/12/2017 11:04:22
Produto: Economia p/ CVM 2017 (Analista e Inspetor) - Com videoaulas
Professores: Paulo Portinho, Ricardo Vale, Vicente Camillo, Equipe Ricardo e Nádia
Resposta: Curso completo, específico, muito produtivo.

E, é claro, você pode também conferir os resultados dos nossos alunos no seguinte endereço: https://www.estrategiaconcursos.com.br/resultados

Cronograma e Avisos

Segue um aviso e o cronograma de aulas para sua organização e conhecimento. Já aproveito para te desejar bons estudos, persistência e sucesso nessa caminhada. Afinal, este é o lema do Estratégia Concursos:

"O SEGREDO DO SUCESSO É A CONSTÂNCIA NO OBJETIVO"

Este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos.

CONTEÚDO DO CURSO

DISPONÍVEL	CONTEÚDO
Aula demo Disponível em 06/01/2018	A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento externo e as políticas de estabilização. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação
Aula 01 Disponível em 13/01/2018	Economia brasileira na década de 1990. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos; desindustrialização e reprimarização da economia brasileira; a reforma do estado e as privatizações. Plano Real. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos.
Aula 02 Disponível em 20/01/2018	O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Desequilíbrios regionais. Distribuição de renda e pobreza. A reforma do estado e as privatizações. Mercado de trabalho e emprego.
Aula 03 Disponível em 10/02/2018	A economia brasileira do século XIX à crise de 1929. O modelo agroexportador. Políticas econômicas e crescimento industrial.
Aula 04 Disponível em 17/02/2018	Industrialização brasileira e política econômica: 1930-1945. Modelo de Industrialização por Substituição de Importações. Plano SALTE. O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas.
Aula 05 Disponível em 24/02/2018	O Período 1962-1967. Reformas no sistema fiscal e financeiro. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A Retomada do Crescimento 1968-1973. Causas do \"Milagre Econômico". O Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Desaceleração econômica e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

INÍCIO DOS ANOS 80 E A CRISE DA DÍVIDA

No início dos anos 80, o cenário externo é desfavorável ao Brasil pelos seguintes motivos listados:

TOME NOTA!

- **Choque do Petróleo** → o forte aumento dos preços do petróleo na segunda metade da década de 70 provocou um choque de oferta na economia brasileira. Como era importador de petróleo, o aumento do preço do referido produto promoveu agravamento do déficit externo em transações correntes e aumento de preços (inflação) na economia interna.
- **Elevação das taxas de juros internacionais no final da década de 70** → A elevação da taxa de juros internacional, iniciada pela política do banco central norte-americano à época, foi a saída dos países desenvolvidos para lidar com o aumento da inflação ocasionada em virtude do aumento no preço do petróleo. Este movimento promoveu saída de capitais financeiros do Brasil, que foram "buscar" remuneração elevada e segura em países desenvolvidos, principalmente nos EUA.
- **Escassez de financiamento externo** → A escassez de financiamento externo é consequência direta do item visto acima e adquiriu contornos preocupantes à época quando consideramos os déficits em conta corrente apresentados pelo Brasil. Ou seja, o aumento no preço do petróleo, que agravou o déficit comercial brasileiro, foi acompanhado de uma dificuldade crescente de financiamento via capital externo, em função do direcionamento destes aos países desenvolvidos.

Em resumo, os três fatores acima expostos ocasionaram uma redução do grau de liberdade da política econômica à época (primeira metade da década de 80). A política econômica interna foi desenhada em função destas restrições externas.

Em termos de política econômica, podemos sumarizar o seguinte:

Política Monetária e Creditícia

No lado monetário, as tentativas de combate à inflação adotadas em 1979 não objetivaram êxito e a confiança na economia, no curto prazo, se perdeu naquele momento (o aumento do preço do petróleo influenciou este aspecto).

O governo anuncia política monetária ortodoxa para acabar com a inflação, controlando a demanda através de política monetária contracionista e queda no crescimento do crédito.

Ao lado deste problema, o financiamento do setor público atingiu volumosas emissões de títulos, o que elevou a dívida pública e o volume direcionado para pagamento de juros. O período caracteriza-se por uma complexa transição no início do governo Figueiredo e termina com explosão de desequilíbrios internos que coincidiu com o fim do governo militar.

Do lado creditício, houve liberação de taxa de juros para empréstimos dos bancos comerciais (a exceção de crédito agrícola e para exportação) e implantação de teto de 50% para expansão nominal de empréstimos ao setor privado e dos meios de pagamento e base monetária. No primeiro trimestre de 1981 os limites são ainda mais restritivos. A agricultura e as pequenas empresas, no entanto, recebem aumento da oferta de crédito rural e para financiamento de capital de giro.

No entanto, a inflação não reduz, em função do elevado grau de indexação da economia (inércia inflacionária). Assim, o efeito dessas políticas restritivas sobre a inflação foi quase nulo. A rigidez inflacionária de 1981 reforçaria a tese inercialista. Os índices de preços aceleraram até o pico de 120% em meados de 1981, caindo para 100% ao final desse ano. Em 1984, o índice oficial de inflação acumulou 223,8%, índice similar ao ano anterior.

Política Fiscal

A política fiscal centrou-se no controle das despesas, através da limitação do crescimento nominal do investimento das estatais em 66%, centralização da administração dos recursos orçamentários e maior controle das diversas contas governamentais.

Ocorreu aumento da tributação pela correção do imposto de renda em 55% (abaixo do nível da inflação), aumento do IOF para operações de câmbio para importações (de 15 para 25%) e criação de IOF (15%) para importações da Zona Franca de Manaus. Atuando ao contrário, foi restabelecido o incentivo fiscal do crédito-prêmio para exportação de manufaturados.

Ao final do período (84), ocorreu reajuste das tarifas públicas.

Política Externa/Cambial/Comercial

A política externa/cambial/comercial foi a que atraiu maiores esforços do governo no período, em função das tentativas de acordo com o FMI e a busca por uma solução externa para resolver o problema econômico interno brasileiro.

Neste sentido, a política macroeconômica de 1981-82 direcionava-se para a redução da necessidade de divisas estrangeiras, através do controle da absorção interna. Estimulava-se a queda da demanda de modo que as exportações tornassem mais atraentes e as importações fossem reduzidas. A ideia era recuperar o crescimento da renda brasileira através deste ajustamento comercial externo (elevação das exportações e redução das importações, via recessão).

Guardadas as devidas proporções, esta política foi exitosa.

Em 1981, apesar de uma deterioração nos termos de troca graças a um incremento de 19% no preço do petróleo, verificou-se uma reversão da balança comercial para um superávit de U$ 1,2 bilhões. As exportações aumentaram, enquanto caiu o coeficiente importador da economia brasileira em razão da recessão econômica.

No entanto, a elevação das taxas de juros internacionais determinou aumento do pagamento de juros da dívida, que atingia 40% da receita com exportações.

O ano de 1982 apresenta uma queda considerável das exportações e importações brasileiras. A primeira foi decorrente da forte recessão mundial, enquanto a segunda foi conseguida graças à substituição de importações de bens intermediários e à queda da demanda por bens de capital, induzida pela recessão. No entanto, sobem os pagamentos de juros da dívida externa, o que leva à independência do déficit em transações correntes da absorção interna.

Assim, em setembro de 1982, iniciam-se as conversas com o FMI na tentativa de se atrair recursos de agências multilaterais. Neste sentido, o déficit do balanço de pagamentos apurado em 1982 foi financiamento através de uma operação de emergência acordada com o FMI e credores internacionais, evitando suspensão de pagamento por falta de divisas.

No âmbito deste acordo, o Governo se adotou um compromisso formal de austeridade de forma a gerar um superávit de U$ 6 bilhões em 1983 e massa critica para um acordo com o FMI.

Em 6 de janeiro de 1983 foi submetida ao FMI a primeira carta de intenções (seriam sete em dois anos), com seguintes metas a serem adotadas pelo Brasil: déficit em transações correntes até o limite de U$6,9 bilhões; inflação anual de 78% com contração de gastos públicos; e desvalorização do câmbio real de forma gradual.

Dada a dificuldade no atingimento destas metas e a adoção de uma maxidesvalorização cambial de 30% em março/83, uma segunda carta de intenções é levada ao fundo, contento um novo pacote de medidas, como estímulo às exportações e facilidades para substituição de importações. Houve desindexação salarial parcial como forma de evitar a neutralização da maxidesvalorização, porém não totalmente aprovada pelo congresso — resultou em perda de 15% no poder de compra dos salários.

Quase todas as metas traçadas para 83, relacionadas com as contas externas, foram alcançadas. Esse resultado deve-se a um conjunto de fatores: recessão interna; queda do salário real; desvalorização cambial; queda do preço do petróleo e da taxa de juros internacional, além da recuperação dos EUA.

No entanto, os resultados fiscais e a inflação apresentaram resultados negativos. A indexação do serviço da dívida à inflação tornava impossível uma redução das necessidades nominais de financiamento do setor público. O FMI suspende desembolso de recursos pelo fracasso brasileiro em reduzir os déficits nominais.

Novas negociações foram iniciadas e uma quarta carta de intenções foi enviada ao Fundo com um novo critério de desempenho fiscal, retirando as parcelas

referentes às correções do estoque da dívida das necessidades nominais de financiamento do setor público — o déficit cai de 6,2% do PIB em 1982 para 3% em 1983. As finanças públicas sofrem cortes significativos e a taxa de investimento cai dos 20% vigentes até 1982 para 14,3% do PIB em 1983.

O ajustamento externo da economia foi bem-sucedido no sentido de geração de vultuosos superávits comerciais e reequilíbrio das transações correntes. Porém, fora muito limitado. O plano trienal do FMI promoveu um ajustamento recessivo, sem consideração ao papel da recessão internacional na redução das exportações e sem atenção dirigida ao papel da indexação na economia. Os desequilíbrios internos e a inflação foram tratados com tolerância ou complacência passiva. Todas essas condições aumentaram ainda mais o custo do processo de ajustamento e as políticas econômicas adotadas contribuíram para aumentar os conflitos internos e agravar os efeitos inflacionários.

Passa-se, a partir de agora, a analisar os resultados das políticas macroeconômicas citadas anteriormente.

Em 1981, verifica-se uma queda de 10% no produto industrial e queda real do PIB brasileiro.

O ano de 1983 representou a maior recessão enfrentada pelo setor industrial. A produção industrial caiu 5,2% e atingiu todas as categorias de uso. A queda mais acentuada foi a de bens de capital (queda acumulada de 55% entre 81 e 83), acompanhando a queda na taxa de investimento.

O emprego industrial contraiu 7,5% e os setores mais atingidos foram aqueles considerados dinâmicos como material elétrico e comunicações, mecânica e química. Houve uma recuperação moderada ao final do ano graças ao aumento vigoroso da demanda por exportações.

Acompanhando a indústria, o PIB cai 2,8% em termos reais e a renda *per capita* a preços constantes declina 11% entre o pico de 1980 e 1983. A recuperação da indústria começa a ocorrer em 1984, em virtude do impulso da demanda por exportações e do relaxamento das restrições externas sofridas pelo Brasil. Graças

à recuperação dos EUA, as exportações brasileiras aumentam em 40% no primeiro semestre de 1984.

Segundo o IBGE, a produção industrial cresceu 7% em 1984. A indústria de transformação cresceu 6,1%, enquanto a extrativa mineral, 27,3%. Esse alto desempenho da indústria extrativa mineral decorreu, basicamente, da expansão da produção nacional de petróleo. Essa, aliada à queda nos preços internacionais do produto, permitiu uma redução nas despesas de importações da ordem de U$4 bilhões no período. A indústria de transformação teve o seu crescimento proporcionado pela elevação das vendas externas e ao setor agrícola. O incremento da demanda ocorreu graças à recomposição da renda rural, devido à expansão da agricultura de exportação e a preços relativos mais favoráveis. A renda rural se propagou para a renda urbana, também impulsionada pelos reajustes salariais acima das taxas prescritas. O consumo foi, ainda, impulsionado pela exacerbação das expectativas inflacionárias em função da própria demanda de recomposição salarial; do *boom* do mercado financeiro; da política monetária frouxa; dos reajustes das tarifas públicas. O alto consumo ajudou na disseminação da recuperação dos setores industriais — quase todos os setores exibiram taxas positivas de crescimento em 1984.

Apesar da recuperação econômica, a categoria de bens de consumo duráveis ainda apresentou queda no ano (7,5%), enquanto os bens de consumo não duráveis observaram um pequeno crescimento, decorrente da recomposição salarial. Já os bens de capital, representaram a maior alta (14,8%), após três anos de quedas, devido à demanda agrícola e de produtos para exportação. O PIB, impulsionado pela retomada industrial, cresceu 5,7% em termos reais, interrompendo o processo de encolhimento da renda *per capita* observado desde 1981 — com contribuição da recuperação das lavouras. Porém, o processo inflacionário não se alterou. A insensibilidade das taxas de inflação ao aumento da oferta agrícola era apenas mais um sintoma da alta indexação da economia.

No Balanço de Pagamentos, o aumento das exportações e nova queda das importações geraram um superávit de U$13,1 bilhões em 1984, superando, pela primeira vez, em U$3 bilhões a conta líquida de juros acordada com o FMI. O

saldo em transações correntes estava praticamente equilibrado e as reservas foram incrementadas. O crescimento da dívida externa líquida foi mais moderado que nos anos anteriores.

PLANOS HETERODOXOS DOS ANOS 80

Durante a 2ª metade da década de 80, a política econômica brasileira concentrou-se no combate à inflação: os planos de estabilização adotados no período de 1981-84, promoveram o ajustamento externo da economia, mas não conseguiram evitar a escalada inflacionária. Portanto, fazia-se necessário priorizar a desindexação da economia, o que produziria uma queda mais rápida da inflação do que a contração da demanda agregada, com custos menores em termos de recessão e desemprego.

Neste tópico analisamos os aspectos principais dos planos econômicos adotados no período 1985-89.

Plano Cruzado

O Plano Cruzado, anunciado em 28 de fevereiro de 1986, entendia a inflação como um processo predominante inercial. Os contratos com cláusula de indexação, generalizados na economia brasileira, funcionavam como propagador da inflação passada para a inflação corrente. Adicionavam-se a este fato eventuais choques de oferta ou demanda que alimentavam a inflação e se obtinha como resultado uma inflação crescente.

As medidas adotadas pelo Plano são sumarizadas a seguir e os comentários seguem adiante:

TOME NOTA!

- **Reforma Monetária e Congelamento →** Cruzado, com congelamento de preços a partir de 28.02.85 (Tabela Sunab) e câmbio fixo;
- **Desindexação da Economia →** Substituição das ORTN pelas OTN, que estavam congeladas por 1 ano; todos os contratos somente poderiam ser reajustados no mínimo anualmente;
- **Mudança de Índice de Preços →** Substituição do IPCA pelo IPC, a fim de eliminar o contágio da inflação do índice no mês de fevereiro de 1985; e

- **Reajustes Salariais →** Abono de 8% e 16% aos salários e salário mínimo; Salários congelados e definidos em cruzados pela média dos últimos 6 meses em cruzeiros; Dissídios anuais com correção inferior a 100%; Adoção do gatilho salarial, caso a inflação acumulasse 20%.

Em relação à reforma monetária e o congelamento de preços, é importante observar que o Plano estabeleceu o "Cruzado" (Cz$) como padrão monetário nacional no lugar do cruzeiro. A taxa de conversão foi fixada em mil cruzeiros (moeda anterior) por cruzado.

Os salários foram convertidos em cruzados, tomando como base o poder de compra médio dos últimos 6 meses, mas não foram congelados, ao contrário dos preços (com exceção das tarifas industriais de energia elétrica), que foram congelados por tempo indeterminado, sem qualquer compensação pela inflação passada, nem tampouco pela perda futura.

O congelamento de preços adotado pelo Plano foi feito com base nos preços do dia anterior ao congelamento. Sem a devida compensação, isto provocou diversos problemas de preços relativas e eficiência alocativa na economia. Primeiro, pois certos bens tinham sido reajustados em data anterior próxima a do congelamento, enquanto outros seriam reajustados em data posterior. Evidente que os bens cujos preços não tinham sido reajustados estavam em situação adversa em relação aos demais bens. Não por coincidência, mas estes bens sem reajuste foram os primeiros a escassear na economia.

O outro problema do congelamento, e mais óbvio, é a inutilidade que acarretou ao sistema de preços como "regulador" da oferta de bens na economia. A preços livres, bens relativamente escassos tendem a subir de preço, enquanto que os outros tendem a manter o preço constante ou até reduzir. Sem esta possibilidade, a alocação de bens na economia tornou-se ineficiente e logo ocasionou desabastecimento e o fenômeno do ágio nos mercados paralelos.

O Plano Cruzado deslocou a base do IPCA para 28 de fevereiro de 1986. O novo índice, denominado Índice de Preços ao Consumidor (IPC), manteria as mesmas ponderações do IPCA.

A taxa de câmbio foi fixada em cruzados no nível vigente em 27 de fevereiro de 1986: a cômoda posição externa da economia brasileira e a recente desvalorização do dólar americano não sugeriram a necessidade de uma maxidesvalorização compensatória ou defensiva do cruzado.

O Plano Cruzado não estabeleceu regras ou metas para as políticas monetária ou fiscal. O objetivo implícito da política monetária durante os primeiros meses do Plano era acomodar o incremento na demanda de moeda que resultaria de uma mudança de carteira em favor da moeda estável, à medida que este movimento era percebido como não inflacionário.

Com respeito à política fiscal, o governo havia anunciado em dezembro de 1985, um pacote fiscal que tinha como objetivo eliminar as necessidades de financiamento do setor público. Entretanto, os ganhos projetados de receita, que dependiam da continuidade do processo inflacionário - "imposto inflacionário"- não se materializariam com a queda das taxas de inflação.

Em resumo, ambas as políticas (monetária e fiscal) foram utilizadas de maneira passiva pelos gestores econômicos, pois a atenção destes estava no diagnóstico predominantemente inercial da inflação.

A análise dos resultados do Plano Cruzado pode ser dividida em 3 períodos:

– **Março a junho de 1986 →** Apresentou queda substancial da inflação e também pelos primeiros indícios da existência de excesso de demanda na economia, em face do aumento do poder de compra dos salários (reajuste salarial e controle de preços e inflação);

– **Julho a outubro de 1986 →** Identificado pela total imobilidade do governo ante o agravamento da escassez de produtos e à deterioração das contas externas. Neste momento, o Governo anunciou o "Cruzadinho": tratava-se de um tímido pacote fiscal para desaquecer o consumo que envolvia basicamente a criação de um sistema de novos impostos indiretos na aquisição de gasolina e automóveis que seriam restituídos após 3 anos e da criação de impostos não restituíveis sobre a compra de moedas estrangeiras para viagem e passagens aéreas internacionais. O Cruzadinho não reduziu o excesso de demanda que,

juntamente com a expectativa de descongelamento dos preços, continuou a alimentar a escassez de produtos e mercados paralelos.

– **Novembro/86 a maio/87** → O fracasso do Plano Cruzado, com o retorno das altas taxas de inflação. Neste momento, foi anunciado o "Cruzado II", que tinha como objetivo aumentar a arrecadação do governo através de alguns preços públicos e do aumento de impostos indiretos. Adicionalmente, foi regulamentado o reajuste salarial (gatilho salarial), que ficariam limitados a 20% de correção quando a inflação atingisse esse patamar. Perdas adicionais nos salários seriam carregadas para o gatilho seguinte. Por fim, o governo cedeu às pressões pela liberalização dos preços, suspendendo abruptamente quase todos os controles em fevereiro de 1987.

Segundo os "criadores" do Plano Cruzado, diversos foram os motivos do seu fracasso, dentre os quais podemos citar: (i) política fiscal e monetária expansiva que não colaboraram com a contenção necessária da demanda agregada ; (ii) diagnóstico de inflação puramente inercial, sendo que parte dela era também de demanda e isto pressionava os preços; (iii) congelamento de preços excessivo, contribuindo para o aparecimento de mercados paralelos; e (iv) acionamento do gatilho salarial, que alimentou os reajustes de preços e aceleração da inflação.

Adicionalmente, é importante frisar que a falta de alinhamento dos preços antes do congelamento também contribuiu para o problema do desabastecimento e do fenômeno do ágio nos mercados paralelos, como já observado anteriormente, fato que também auxiliou no fracasso do Plano Cruzado.

Plano Bresser

O novo ministro, Bresser Pereira, iniciou sua gestão anunciando uma meta para taxa de crescimento do PIB de 3,5% e demonstrou disposição de voltar a dialogar com o FMI (pois em fevereiro/87 o governo decidiu suspender por tempo indeterminado os pagamentos da dívida externa).

O Plano Bresser, apresentado em junho/87, tinha caracterização híbrida, pois continha tantos elementos ortodoxos (políticas monetária e fiscal contracionistas), quanto heterodoxos (controle de preços) para o combate à

inflação. O novo programa não tinha como meta a "inflação zero", nem tampouco tencionava eliminar a indexação da economia. Pretendia apenas promover um choque deflacionário com a supressão da escala móvel salarial e sustentar as taxas de inflação mais baixas com redução do déficit público.

Os salários, assim como os preços, foram congelados por um prazo máximo de 3 meses, nos níveis prevalecentes em 12 de junho de 1987. Antes, foram concedidos aumentos para os preços públicos e administrados (com o objetivo de evitar uma das falhas do Plano Cruzado) e, a exemplo do Plano Cruzado, a base do IPC foi deslocada para o início da vigência do congelamento: 15 de junho de 1987.

O Plano Bresser instituía também uma nova base de indexação salarial para vigorar após o congelamento: a Unidade de Referência de Preços (a cada 3 meses seriam pré-fixados os percentuais de reajuste para os 3 meses subsequentes, com base na taxa de inflação média (geométrica) dos 3 meses precedentes).

A taxa de câmbio não foi congelada e, quanto à adoção de políticas monetária e fiscal, o governo praticaria taxas de juros reais positivas, a curto prazo e, no que tange à política fiscal, seriam adotadas medidas que visassem reduzir o déficit público em 1987.

A perda de poder aquisitivo dos salários e a prática de taxas de juros reais positivas durante a fase do congelamento tiveram reflexos negativos nas vendas e no ritmo de produção industrial. Assim, em contraste com o Plano Cruzado, a inflação do congelamento não podia ser atribuída a pressões de demanda e sim de um conflito distributivo de rendas no setor privado e entre os setores privado e público[2].

As pressões inflacionárias levaram o governo, já em agosto, a reduzir o leque dos preços controlados e a permitir alguns reajustes de preços. Essas medidas

[2] A flexibilidade do novo congelamento permitiu que os aumentos de preços decretados na véspera do Plano Bresser fossem repassados aos outros preços da economia, gerando inflação e neutralizando parcialmente a transferência de renda para o setor público.

abalaram ainda a credibilidade do programa em duas frentes: o congelamento e a URP.

Com a inflação oficial no patamar de 14% em dezembro, sob uma onda de rumores de um iminente novo congelamento, e diante do desgaste provocado pelas resistências a sua proposta de uma reforma tributária progressista, o ministro Bresser Pereira pediu demissão.

Após a saída do Ministro, foram anunciadas novas medidas econômicas, que ficaram conhecidos como a política do "feijão com arroz".

O novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, rejeita as alternativas heterodoxas e anuncia metas modestas no combate à inflação, como estabilização da inflação em 15% ao mês e redução gradual do déficit público.

O sucesso destas medidas consistiu em evitar, a curto prazo, uma explosão inflacionária, embora se configurasse o retorno da taxa de inflação ao patamar anterior ao lançamento do Plano Bresser.

Plano Verão

Em janeiro de 1989, sob o contexto dos fracassados planos de estabilização anteriores, o Governo anuncia outro programa de estabilização: o Plano Verão.

O Plano Verão, anunciado em 14 de janeiro de 1989, promoveu uma nova reforma monetária, instituindo o Cruzado Novo (NCz$), que correspondia a mil cruzados, como a nova unidade básica do sistema monetário.

Assim como o Plano Bresser, foi anunciado também como um plano híbrido: do lado ortodoxo, o Plano pretendia promover uma contração da demanda agregada a curto prazo, com elevação das taxas reais de juros e contenção do déficit público e, do lado heterodoxo, extinguir todos os mecanismos de realimentação da inflação, promovendo inclusive o fim da URP salarial.

Novo congelamento de preços foi anunciado, só que desta vez por tempo indeterminado. Assim como no Plano Bresser, na véspera do anúncio do congelamento foram autorizados aumentos para os preços públicos e administrados. Além de recompor eventuais defasagens em relação aos custos

de produção, o alinhamento dos preços deveria gerar uma margem de folga para suportar o congelamento e evitar eventuais desabastecimentos.

A cotação do dólar norte-americano foi fixada em NCz$ 1 : acreditava-se que a relação unitária entre o cruzado novo e o dólar teria um efeito psicológico positivo, na medida em que fosse percebida como um indicador da disposição efetiva do governo em combater a inflação doméstica e, assim, sustentar a nova paridade a médio prazo. Após o estabelecimento da cotação, a taxa ficaria fixa por tempo indeterminado.

O ajuste fiscal proposto pelo governo junto com o Plano Verão deveria atuar em 4 frentes: redução das despesas de custeio através de uma ampla reforma administrativa; redução das despesas de pessoal através da demissão de funcionários públicos; redução do setor produtivo estatal através de um amplo programa de privatização; rigidez na programação e execução financeira do Tesouro através de limitações à emissão de títulos da dívida pública.

No que tange à política monetária, seriam utilizados 3 instrumentos básicos: aumento da taxa de juros real de curto prazo de tal forma a inibir movimentos especulativos; controle do crédito ao setor privado através de limitações de crédito, alteração do limite dos cheques especiais, redução dos prazos de financiamento e do pagamento de cartões de crédito; e redução das pressões das operações com moeda estrangeira através da suspensão dos leilões mensais de conversão da dívida externa em capital de risco.

Como na prática a política fiscal não fora efetivada, o governo se viu obrigado a manter as taxas de juros excessivamente elevadas por um período mais longo do que previsto, agravando o desequilíbrio fiscal e tendo um efeito perverso sobre o consumo: os ganhos proporcionados pelas elevadas taxas de juros reais aumentaram a renda disponível, impulsionando o consumo; assim, a recessão que o Plano Verão admitia provocar, não se materializou.

Em resumo, o Plano Verão fracassou rapidamente e as medidas anunciadas mal foram aplicadas.

Concluindo, os Planos Cruzado, Bresser e Verão não produziram mais do que um represamento temporário da inflação, uma vez que: i) não foram solucionados desequilíbrios estruturais da economia, que poderiam ser considerados focos de pressão inflacionária a médio prazo; ii) o desequilíbrio das contas do governo se agravou; iii) a política monetária foi predominantemente acomodatícia; iv) o setor empresarial passou a se defender com maior presteza e eficácia de quaisquer defasagens dos preços em relação aos custos; e v) os trabalhadores manifestaram com veemência crescente sua insatisfação quanto ao poder de compra dos salários.

Assim, os Planos acabaram se sustentando em medidas heterodoxas insipientes, como desindexações e congelamentos de preços, que possibilitavam administrar a inflação em um curto espaço de tempo, mas a acelerava no médio e longo prazos.

A desaceleração do crescimento na década de 80 foi comandada pela indústria - cujo produto real cresceu apenas 1,8% a.a. entre 1980 e 1988 -, não abrindo espaço para a retomada da taxa histórica de crescimento, uma vez que os desequilíbrios tanto externos quanto internos da economia não foram equacionados de forma definitiva. Por este motivo, a década de 80 pode ser caracterizada como uma "década perdida".

GOVERNO COLLOR

Os concursos não possuem tradição em cobrar conceitos relativos ao Governo Collor, em virtude do breve período que o então Presidente Collor exerceu o cargo. No entanto, é preciso conhecer 3 aspectos relativos a este período: (i) mudança no papel do estado na economia; (ii) abertura econômica e privatização; e (iii) Planos Collor I e II.

Papel do Estado na economia, abertura econômica e privatizações

Segundo Giambiagi e Além[3], o modelo de desenvolvimento e industrialização brasileiro entre os anos de 1950 e 1980 observaram três características principais: "(1) a participação direta do Estado no suprimento da infraestrutura econômica (energia e transportes) e em alguns setores considerados prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica); (2) a elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não tarifárias; e (3) o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos.

Ou seja, a participação do Estado foi predominante e indutora no crescimento econômico do período. O instrumento utilizado foi o gerenciamento, por sucessivos governos, da implantação de processo de substituição de importações, cujo mote principal era substituir as importações por produção doméstica, principalmente de produtos industrializados com maior valor agregado.

No entanto, este modelo demonstrou sinais de esgotamento durante os anos 80, como demonstrado nas seções anteriores.

Neste contexto interno, aliado a proposição de reformas institucionais por países desenvolvidos[4] e à reestruturação da dívida externa de países em

[3] Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945- 2010/[organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
[4] Segundo Giambiagi e Além "por ocasião de um encontro do Institute for International Economics em Washington, D.C., o economista John Williamson listou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica para que entrassem em uma trajetória de crescimento autossustentado. Essa lista foi intitulada pelo próprio Willianson de "Consenso de Washington", pois ele acreditava ser um conjunto de medidas com que a maioria dos economistas

desenvolvimento através do Plano Brady, o Governo Collor propôs uma alteração do papel do Estado na economia: de indutor e participante ativo no desenvolvimento, o Estado deveria exercer mais as funções de regulação, permitindo que o processo de desenvolvimento ficasse a cargo dos mercados. O Estado Brasileiro passaria de provedor de bens e serviços e arbitrador do processo de desenvolvimento para regulador dos agentes neste processo.

A partir deste momento, uma mudança institucional começou a ser proposta, principalmente através da abertura da economia brasileira à economia internacional e do processo de privatização das empresas estatais.

As políticas de intensificação da abertura econômica e de privatização do Governo Collor se inseriam no contexto da chamada nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). O objetivo do referido programa era dotar a economia brasileira de competição e competitividade. Ou seja, de um lado a ideia era abrir a economia à participação de novos agentes e competição e, de outro, fornecer condições para que os participantes nacionais adquirissem competitividade e capacidade de competir nos mercados nacionais e internacionais.

No que tange à abertura comercial, Giambiagi e Além informam que:

"[O] governo Collor também foi marcado por profundas mudanças na política de comércio exterior uma vez que, simultaneamente à adoção do câmbio livre, intensificou-se o programa de liberalização de importações, que havia tido início ao final dos anos de 1980. Assim, no governo Collor, foram extintas as listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa (o chamado 'Anexo C', que continha cerca de 1.300 produtos) e os regimes especiais de importação (exceto Zona Franca de Manaus, drawback e bens de informática). Na prática, acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de importação, para dar lugar a um controle tarifário, com alíquotas cadentes. Foi também anunciada uma reforma tarifária, na qual se anunciou que todos os produtos teriam reduções graduais ao longo de quatro anos, a partir do qual atingiriam

ali presentes estaria de acordo. Sumariamente, as propostas de Williamson visavam assegurar a disciplina fiscal e promover ampla liberalização comercial e financeira, além de forte redução do papel do Estado na economia."

uma alíquota modal de 20%, dentro de um intervalo de variação de 0 a 40%. Preanunciando reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtores nacionais para a transição para uma economia mais aberta."

Abaixo segue tabela denotando a queda nas tarifas de importação no período:

Tarifas de Importação (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994
Tarifa média	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Insumos básicos	12,6	8,3	6,1	4,8	4,3
Bens de Capital	36,0	29,2	25,0	21,0	19,3
Veículos de Passageiro	85,0	59,3	49,3	39,3	34,3

Por fim, em relação às privatizações de empresas estatais, é importante comentar que o Plano Nacional de Desestatização proposto à época pretendia contribuir com a modernização e competitividade das empresas públicas a serem vendidas para a iniciativa privada, além de possibilitar a melhora das contas públicas. No entanto, os resultados pretendidos não foram atingidos, apenas 33 empresas públicas foram privatizadas ao valor de US$8,6 bilhões, com transferência de US$ 3,3 bilhões em dívidas ao setor privado.

Planos Collor I e II

Do lado monetário, o Plano Collor I promoveu a reintrodução do Cruzeiro como padrão monetário e um novo congelamento de preços de bens e serviços.

No entanto, a medida de maior impacto do Plano foi o sequestro de liquidez. Todas as aplicações financeiras que ultrapassassem o limite de NCr$50.000 (cerca de US$1.200, ao câmbio da época) foram bloqueadas por um prazo de 18 meses. O governo se comprometia a devolver os cruzados novos bloqueados, transformados em cruzeiros, em 12 prestações iguais e sucessivas a partir de

setembro de 1991. Os recursos bloqueados receberiam correção monetária mais juros de 6% ao ano.

Do lado fiscal, o referido Plano estabeleceu um aumento da receita pública, através da criação de novos tributos, aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF). Ocorreu também a redução de prazos de recolhimento de tributos, suspensão de benefícios e incentivos fiscais não garantidos pela Constituição, além de uma série de medidas de combate à sonegação.

Promoveu-se, ainda, uma redução do número de ministérios, a extinção de uma série de autarquias, fundações e, inclusive, um conjunto significativo de demissões de funcionários públicos.

Já do lado cambial, o Plano implementou um regime de câmbio flutuante.

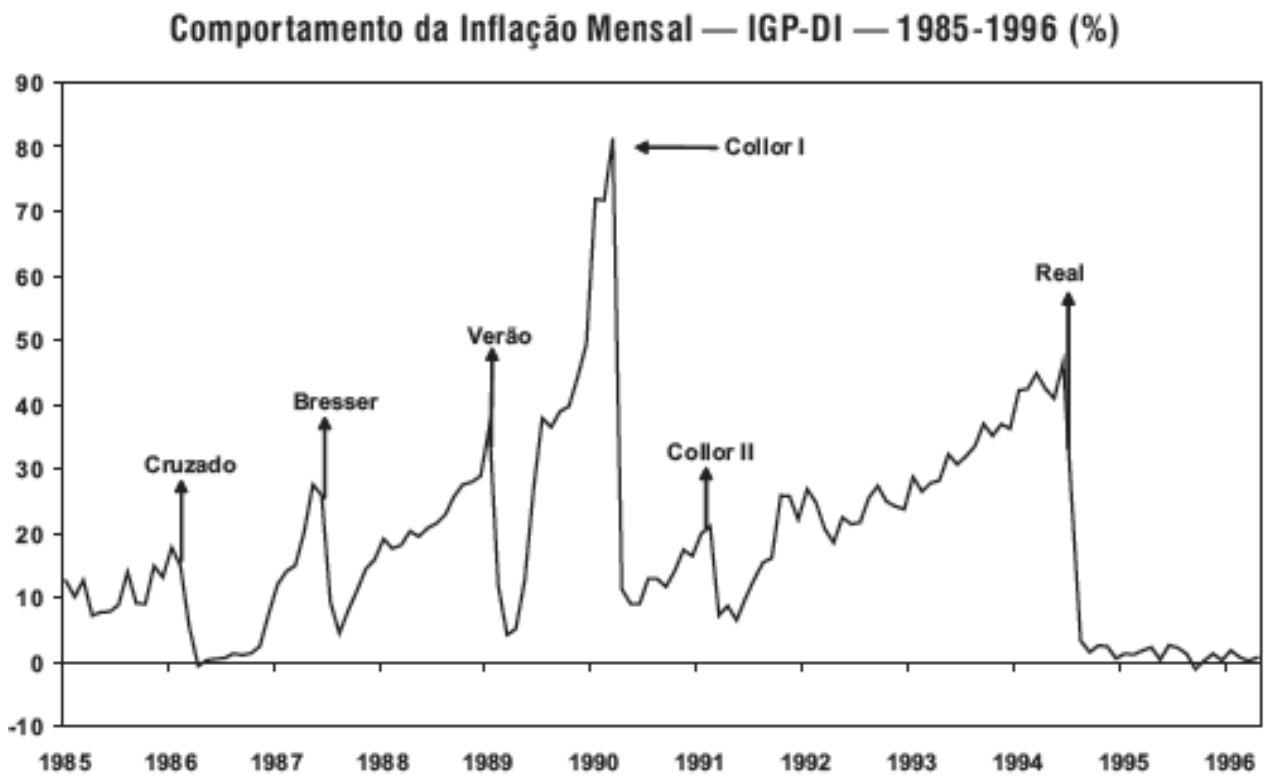
Os resultados do Plano Collor I não foram satisfatórios. Em que pese a inflação tenha baixado dos 80% ao mês para níveis próximos de 10% nos meses seguintes à implantação do Plano, a economia sofreu forte retração e a inflação voltou a se acelerar ao longo do ano.

Diante destes fatos, foi lançado o Plano Collor II com o objetivo de conter as taxas de inflação, na época em torno de 20% ao mês. A forma de alcançar o controle da inflação, na concepção do Plano Collor II, era através da racionalização dos gastos nas administrações públicas, do corte das despesas e da aceleração do processo de modernização do parque industrial (a modernização ampliaria a oferta, a custos menores, que se refletiria em redução de preços e inflação).

A maior novidade do Plano foi a criação da TR, a Taxa Referencial (TR), que promovia a indexação dos contratos no mercado financeiro baseada numa média das taxas do mercado interbancário. A TR, porém, ao contrário dos antigos indexadores, introduzia um elemento *forward looking* para a indexação no Brasil. Em vez de a indexação se basear em movimentos da inflação passada, como no mecanismo de correção monetária, a TR embutia expectativas de inflação futura.

A ideia era que o indexador refletisse no presente a expectativa de melhora futura nos índices da economia, sobretudo índices fiscais. Segundo Giambiagi e Além, "tudo se passaria como na atuação de um "círculo virtuoso", em que os cortes fiscais baixam a inflação, e (desde que não haja choques de nenhuma espécie) isso gera mais credibilidade e novos espaços políticos para melhorar os "fundamentos" (maiores cortes fiscais), o que, por sua vez, dá mais credibilidade e gera novas pequenas vitórias contra a inflação e assim sucessivamente — permitindo a inflação cair lentamente. O problema é que, embora fosse defensável como estratégia de estabilização, o neogradualismo (como ficou conhecida a ideia em questão) não funcionou. A rigor, durante alguns meses, ele possibilitou a queda da taxa de inflação. Porém, a sucessão de escândalos políticos inviabilizou toda e qualquer ação de política econômica que dependesse da credibilidade do governo. As denúncias de corrupção culminaram em um processo de impeachment, que levou, por sua vez, à renúncia de Collor."

Para finalizar, cabe citar o gráfico presente em Giambiagi e Além com o comportamento da inflação em todo período visto nesta aula. Como é possível notar, cada intervenção promovida pelos planos heterodoxos, via controle de preços, reduziu a inflação no período imediatamente posterior. No entanto, passados alguns meses (e, em alguns casos, dias), a inflação logo acelerava, de modo a atingir um pico superior ao anterior. O único plano a romper com esta lógico foi o Plano Real, cujas definições será vista em aula posterior.



Obs.: gráfico elaborado com base no IGP-DI mensal, de janeiro de 1985 a abril de 1996.
Fonte: FGV.

Imagem: Giambiagi (2011)

A experiência mostra notoriamente que controle de preços NÃO funciona, em que pese termos voltado a este expediente no Governo Dilma, como será visto na aula específica.

QUESTÕES PROPOSTAS

Questão 01 (FEPESE - Analista de Contas Públicas (MP TCE-SC)/Economia/2014)

Em relação ao debate sobre a natureza da inflação brasileira na década de 1980 e seus planos de combate, considere as seguintes afirmativas:

1. Na visão ortodoxa a inflação era decorrente da emissão monetária relacionada aos déficits públicos, e para combatê-la era necessária uma política de redução do gasto público e aumento da tributação.

2. Na visão heterodoxa a inflação não era decorrente da emissão monetária relacionada aos déficits públicos, e para combatê-la era necessária uma política de congelamento de preços.

3. O Plano Bresser foi influenciado pela visão ortodoxa, dado que não adotou medidas de congelamento de preços.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) É correta apenas a afirmativa 1.

b) É correta apenas a afirmativa 2.

c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.

e) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

Questão 02 (FEPESE - Analista (MPE SC)/Economia/2014)

A partir da segunda metade da década de 1980 até o início dos anos 1990 o Brasil implementou vários planos econômicos com vistas a combater o processo inflacionário.

Sobre os planos de estabilização monetária praticados no período em tela, é correto afirmar:

a) O Plano Bresser recorreu à introdução de uma moeda indexada, pois apesar de heterodoxo rejeitou o recurso ao congelamento de preços.

b) O Plano Cruzado foi formulado a partir do diagnóstico de que a inflação brasileira era especialmente de caráter "inercial", e não de demanda.

c) O fracasso do Plano Cruzado deveu-se a sua ênfase excessiva sobre o controle do déficit público e manutenção de taxas de juros reais elevadas, pois acarretou recessão e elevação do desemprego.

d) O Plano Verão foi introduzido como uma inovação na forma de combater a inflação, pois foi o primeiro na década de 1980 a não recorrer ao congelamento de preços.

e) O Plano Collor procurou reduzir a inflação a partir de uma combinação entre "sequestro de ativos financeiros", fechamento completo da economia e adoção de um regime de taxa de câmbio fixa.

Questão 03 (FEPESE - Analista (MPE SC)/Economia/2014)

A década de 1980 foi denominada de "década perdida", em razão da estagnação do crescimento da renda per capita nacional. O processo de aceleração inflacionária ocorrido nesse período é considerado como uma das principais causas do desequilíbrio da economia brasileira.

Pode-se conceber como uma das explicações do processo inflacionário brasileiro nesse período:

a) A ausência de mecanismo de indexação que restabelecesse os valores reais dos contratos.

b) A adoção, na década de 1980, de um regime de taxa de câmbio nominal fixa.

c) A aversão do governo brasileiro em adotar políticas econômicas ortodoxas durante a década de 1980.

d) O fato de que choques monetários, externos e internos, foram repassados aos preços via mecanismos de indexação.

e) A adoção de políticas econômicas heterodoxas propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Questão 04 (ESAF - Analista de Finanças e Controle (STN)/Economico-Financeira/2008)

Nos dez anos que se seguiram à posse do Presidente José Sarney, foram implementados vários Planos de estabilização com o intuito de reduzir a inflação no Brasil, sendo o último o Plano Real. Em relação a esses planos, é correto afirmar que:

a) o conceito de inflação inercial esteve subjacente a grande parte de tais planos de estabilização; sendo assim, entendia-se a inflação como sendo explicada por uma série de choques de custos ocorridos no período.

b) o conceito de inflação inercial era a principal tese acerca da inflação do período; esse tipo de inflação estava associado às constantes acelerações que a inflação apresentava no período, sendo que os períodos em que a inflação apresentava uma tendência de estabilidade, esta tendência estava associada a um baixo hiato do produto.

c) apesar de a inflação inercial ser um conceito de inflação importante para a maioria desses planos de estabilização, a estratégia de combate a essa inflação foi diferente por exemplo se compararmos o Plano Cruzado com o Plano Real, já que no primeiro optou-se pelo congelamento de preços, não utilizado no último.

d) o Plano Collor difere dos demais planos do período tanto por não se valer do congelamento de preços como por usar uma forte âncora monetária.

e) Os Planos Cruzado, Bresser e Verão utilizaram o congelamento de preços, salários e da taxa de câmbio, além de terem mantido uma política de juros elevados, após o plano.

Questão 05 (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário)/2009)

Graças ao crescimento acelerado dos preços na primeira metade dos anos 80 do século XX, o combate à inflação transformou-se em meta prioritária da política econômica do governo Sarney (1985- 1989), dando origem a três planos de estabilização consecutivos: o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Os três planos mostraram-se incapazes de reduzir as taxas de inflação, que apresentaram variação negativa somente no ano de 1986. A taxa anual de crescimento dos preços, medida pelo IGP, praticamente dobrou de 1985 a 1987 e de 1987 a 1988. O fracasso desses planos tem sido atribuído, em especial, a interpretações errôneas e (ou) incompletas das verdadeiras causas da inflação.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos planos econômicos citados.

a) Para os formuladores do Plano Cruzado, os aumentos de preço resultavam basicamente do excesso de oferta de moeda. Para reverter o processo

inflacionário, avaliavam que a principal medida a ser tomada seria dotar o Banco Central de independência.

b) A política inflacionária do Plano Cruzado reduziu as expectativas de lucro dos empresários, provocando redução substancial na produção industrial com consequências adversas no nível de emprego.

c) O Plano Verão foi um plano estritamente ortodoxo de combate à inflação.

d) O diagnóstico da inflação que fundamentou o Plano Bresser atribuía a inflação em vigor não só à indexação geral da economia, mas também a um excesso de demanda. Com base nesse diagnóstico, o plano propunha tanto medidas políticas anti-inflacionárias ortodoxas quanto heterodoxas.

e) O severo ajuste fiscal ocorrido em 1989 contribuiu para o relativo sucesso do Plano Verão. As taxas de inflação foram substancialmente reduzidas em 1990.

Questão 06 (. CESPE - Analista Administrativo (TCE-ES)/Administração-Economia/2013)

Com relação aos principais planos de estabilização da economia brasileira, assinale a opção correta.

a) O aumento do poder de compra dos trabalhadores foi um resultado importante observado no Plano Cruzado.

b) Nos Planos Cruzado e Bresser, os salários foram congelados.

c) O principal objetivo do Plano Bresser foi a completa eliminação da indexação da economia.

d) O Plano Verão instituiu o cruzado novo com o objetivo de expansão da demanda agregada da economia por meio da expansão monetária.

e) O Plano Verão instituiu a URP (unidade de referência de preços) salarial, o que culminou na retroalimentação da inflação.

Questão 07 (CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área IX/Consultor Legislativo/2014)

Com relação aos planos econômicos brasileiros das décadas de 1980 e de 1990, julgue o item a seguir.

O fracasso do Plano Cruzado pode ser atribuído à duração excessiva do congelamento e à deterioração das contas externas.

Questão 08 (FGV - Técnico de Nível Superior (AL BA)/Economia/2014)

A partir de 1985, o combate à inflação se tornou o objetivo principal dos governos brasileiros, do Plano Cruzado (1986) até o Plano Collor II (1991).

Como característica comum, esses planos

a) se basearam no fluxo de capitais internacionais que facilitaria o controle de preços.

b) entenderam que a inflação era de custos e, portanto, medidas de contenção da demanda conteriam o nível de preços.

c) diagnosticaram a inflação de caráter inercial, tendo como medida principal o congelamento dos preços.

d) fixaram o preço dos aluguéis como forma de contenção dos preços residenciais.

e) dependeram da abertura da economia como forma de conter os preços dos bens comercializados.

Questão sobre as características comuns entre os planos Cruzado e Collor II.

Questão 09 (FGV - Técnico Superior Especializado (DPE RJ)/Economia/2014)

Uma das principais medidas do Plano Cruzado foi o (a)

a) congelamento dos salários como forma de estancar a inflação.

b) maxidesvalorização como forma de estimular o setor exportador e gerar superávits comerciais.

c) implementação de uma política monetária restritiva, com elevação da taxa de juros.

d) definição de regras de conversão de preços que evitasse efeitos redistributivos de renda.

e) estabelecimento de uma política fiscal austera de combate à inflação.

Questão 10 (CESPE - Economista (MJ)/2013)

Com referência à influência do endividamento público no Brasil e à inflação, julgue o item a seguir.

A extinção da conta-movimento do Banco do Brasil em 1986 prejudicou a política de controle inflacionário, tendo em vista que essa conta era um dos instrumentos de política monetária.

Questão 11 (NCE e FUJB (UFRJ) - Profissional Básico (BNDES)/Economia/2005)

Entre as causas do fracasso do Plano Cruzado (1986), pode-se apontar:

a) A desindexação parcial da economia, já que só os salários foram desindexados.

b) A prática de políticas fiscal e monetária expansivas, que, aliada à valorização real da taxa de câmbio, acabou por inviabilizar a sustentação do tabelamento de preços, salários e câmbio.

c) O cenário externo extremamente desfavorável à economia brasileira, marcado pela retração da atividade econômica, do comércio e do crédito internacional, o que inviabilizou a sustentação do tabelamento da taxa de câmbio, que deveria atuar como âncora dos preços.

d) A baixa credibilidade do então Ministro da Fazenda e do próprio Plano junto à opinião pública inviabilizou, desde o início, o controle de preços e salários.

e) O desvio entre a política macroeconômica (fiscal, monetária e cambial) prevista no Plano, de caráter restritivo, a ser combinada com a desindexação da economia, e a política efetivamente praticada no período, que foi expansiva.

Questão 12 (CESPE - Analista do Banco Central do Brasil/Área 3 - Política Econômica e Monetária/2013)

Se as medidas econômicas implementadas no início dos anos 80 do século passado se concentraram em debelar a crise da dívida externa, as que se seguiram, nessa mesma década, tiveram como principal meta o combate do processo inflacionário em curso.

Acerca dessa conjuntura, julgue o item que se segue.

O Plano Bresser reajustou os preços públicos e administrados, o que provocou uma inflação corretiva.

Questão 13 (CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área IX/Consultor Legislativo/2014)

Com relação aos planos econômicos brasileiros das décadas de 1980 e de 1990, julgue o item a seguir.

O governo promoveu uma série de ajustes fiscais por meio do Plano Verão, tendo conseguido efetivamente conter o avanço da demanda agregada.

Gabaritos

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	D	B	D	A	CERTO	C	D	ERRADO
11	12	13							

B	CERTO	ERRADO							

QUESTÕES COMENTADAS

Questão 01 (FEPESE - Analista de Contas Públicas (MP TCE-SC)/Economia/2014)

Em relação ao debate sobre a natureza da inflação brasileira na década de 1980 e seus planos de combate, considere as seguintes afirmativas:

1. Na visão ortodoxa a inflação era decorrente da emissão monetária relacionada aos déficits públicos, e para combatê-la era necessária uma política de redução do gasto público e aumento da tributação.

2. Na visão heterodoxa a inflação não era decorrente da emissão monetária relacionada aos déficits públicos, e para combatê-la era necessária uma política de congelamento de preços.

3. O Plano Bresser foi influenciado pela visão ortodoxa, dado que não adotou medidas de congelamento de preços.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) É correta apenas a afirmativa 1.

b) É correta apenas a afirmativa 2.

c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.

e) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

Vamos analisar as alternativas:

1. Correto.

O pensamento econômico ortodoxo brasileiro, cujo fundamento teórico se alinhava à teoria quantitativa da moeda e à linhagem monetarista de economistas, entendia que o processo inflacionário brasileiro se originava em sucessivos déficits públicos e às emissões monetárias decorrentes para financiá-los. Em resumo, na origem da inflação, o governo financiava seus excessos de gastos com emissão de mais moeda, o que, consequentemente, gerava mais inflação.

De acordo com Barros e Castro em Economia Brasileira Contemporânea:

"Em contraposição aos defensores do Pacto, encontrava-se o grupo do 'Choque Ortodoxo'. Baseado na teoria quantitativa da moeda, este último defendia que a

inflação no Brasil não tinha nada de peculiar. Como no resto do mundo, a inflação era causada pela excessiva expansão monetária e esta nada mais era do que uma forma espúria de financiar um governo que gastava além de sua capacidade de arrecadar receitas. Em suma, a causa da inflação brasileira era o excessivo gasto público numa economia em que o Estado crescera demais. (...) De acordo com esses economistas, era preciso promover um 'Choque Ortodoxo'. Ou seja, eram precisos: severos cortes de gastos, aumento de receitas e tributos e corte brusco da emissão de moeda e de títulos da dívida. Ao mesmo tempo, dever-se-ia promover a desindexação da economia e a liberalização total de seus preços."

2. Correto.

De acordo com os economistas heterodoxos, a crescente inflação poderia ser explicada por outros fatores que não o excesso de gastos e de emissão de moeda. Por exemplo, os economistas ligados à Unicamp entendiam que a inflação derivava do "conflito distributivo". Conhecida como tese do "Pacto Social", a ideia vinculava a inflação a uma busca por maximizar a remuneração de empresários e trabalhadores. Em suma, os ganhos reais obtidos pelos trabalhadores promoviam reajuste de preços por empresários, novos aumentos salariais aos trabalhadores que pressionavam o custo dos empresários e novos aumentos de preços e assim sucessivamente. A inflação derivava deste contexto e não tão somente do excesso de gastos públicos e moeda. O congelamento de preços, neste cenário, era tratado como uma medida útil para evitar o aumento de preços e ciclo vicioso ocasionado à inflação

Novamente de acordo com Barros de Castro:

"Por fim, tanto a proposta do "Choque Heterodoxo" quanto a da "Reforma Monetária" eram defendidas por alguns economistas da PUC-Rio e estavam baseadas em estudos econométricos que mostravam dois fatos estilizados. O primeiro, que o componente de realimentação pela inflação passada (componente inercial) era a principal causa da inflação do ponto de vista estatístico. O segundo indicava que a influência sobre a inflação de variações no hiato do produto (componente da "Curva de Phillips" da inflação) era muito pequena. Nesse sentido, um hiato de produto de cerca de 15% reduziria a inflação

em apenas 4% ou 6% ao ano. Isso seria insignificante, dada a dimensão da inflação no país, além de ser politicamente insustentável. Os economistas questionavam também a relevância do déficit público como causa da inflação. Descontados os efeitos da correção monetária e cambial, o déficit público no Brasil atingira apenas 3,0% do PIB. Esse nível era semelhante ao verificado (nessa época) em países como Estados Unidos e França e inferior ao verificado na Itália e no Canadá — países com inflações anuais muito inferiores às taxas brasileiras."

3. Incorreto.

Como vimos anteriormente, o Plano Bresser foi híbrido, contendo elementos ortodoxos e heterodoxos. Do lado heterodoxo foi adotada política de congelamento de preços.

O Plano Bresser foi influenciado pelas duas correntes de pensamento econômico. Havia em seu conteúdo medidas ortodoxas e medidas heterodoxas, inclusive com congelamento de preços.

De acordo com Barros de Castro em Economia Brasileira Contemporânea:

"O ministro Dílson Funaro foi substituído na pasta da Fazenda por Luís Carlos Bresser-Pereira, professor da FGV-SP, que anunciou no dia 12 de junho de 1987 um novo plano de estabilização. O Plano Bresser objetivava, basicamente, promover um choque deflacionário na economia, buscando evitar os erros do Plano Cruzado. A inflação foi diagnosticada como inercial e de demanda e, em consequência, o plano foi concebido como híbrido, contendo elementos heterodoxos e ortodoxos. (...) Do lado heterodoxo, foi decretado um congelamento de preços e salários no nível vigente quando do anúncio do Plano, a ser realizado em três fases: (1) congelamento total por três meses; (2) flexibilização do congelamento; e (3) descongelamento."

Gabarito: Alternativa C

Questão 02 (FEPESE - Analista (MPE SC)/Economia/2014)

A partir da segunda metade da década de 1980 até o início dos anos 1990 o Brasil implementou vários planos econômicos com vistas a combater o processo inflacionário.

Sobre os planos de estabilização monetária praticados no período em tela, é correto afirmar:

a) O Plano Bresser recorreu à introdução de uma moeda indexada, pois apesar de heterodoxo rejeitou o recurso ao congelamento de preços.

b) O Plano Cruzado foi formulado a partir do diagnóstico de que a inflação brasileira era especialmente de caráter "inercial", e não de demanda.

c) O fracasso do Plano Cruzado deveu-se a sua ênfase excessiva sobre o controle do déficit público e manutenção de taxas de juros reais elevadas, pois acarretou recessão e elevação do desemprego.

d) O Plano Verão foi introduzido como uma inovação na forma de combater a inflação, pois foi o primeiro na década de 1980 a não recorrer ao congelamento de preços.

e) O Plano Collor procurou reduzir a inflação a partir de uma combinação entre "sequestro de ativos financeiros", fechamento completo da economia e adoção de um regime de taxa de câmbio fixa.

a) Incorreto. Como já observado anteriormente, o Plano recorreu ao congelamento de preços.

b) Correto. O Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, seguia o diagnóstico inflacionário que afirma que a causa da inflação era a inércia (reprodução) da inflação passada mais os choques de demanda/oferta. Em resumo, a inflação presente ao menos reproduzia a inflação passada (componente inercial) além de computar fenômenos presentes, como eventuais choques de oferta (quebras de safra agrícola, por exemplo) e/ou de demanda.

c) Incorreto. Foi observado que, de acordo com os formuladores do Plano Cruzado, seu fracasso deveu-se a: (i) política fiscal e monetária expansiva que não colaboraram com a contenção necessária da demanda agregada ; (ii) diagnóstico

de inflação puramente inercial, sendo que parte dela era também de demanda e isto pressionava os preços; (iii) congelamento de preços excessivo, contribuindo para o aparecimento de mercados paralelos; e (iv) acionamento do gatilho salarial, que alimentou os reajustes de preços e aceleração da inflação.

d) Incorreto. O Plano Verão também foi um plano híbrido. Adotou políticas ortodoxas restritivas, mas também manteve o congelamento de preços e salários.

e) Incorreto. O Plano Collor promoveu a abertura da economia (em linha com o contexto internacional de maior abertura à época) e adotou um regime de câmbio flutuante.

GABARITO: LETRA B

Questão 03 (FEPESE - Analista (MPE SC)/Economia/2014)

A década de 1980 foi denominada de "década perdida", em razão da estagnação do crescimento da renda per capita nacional. O processo de aceleração inflacionária ocorrido nesse período é considerado como uma das principais causas do desequilíbrio da economia brasileira.

Pode-se conceber como uma das explicações do processo inflacionário brasileiro nesse período:

a) A ausência de mecanismo de indexação que restabelecesse os valores reais dos contratos.

b) A adoção, na década de 1980, de um regime de taxa de câmbio nominal fixa.

c) A aversão do governo brasileiro em adotar políticas econômicas ortodoxas durante a década de 1980.

d) O fato de que choques monetários, externos e internos, foram repassados aos preços via mecanismos de indexação.

e) A adoção de políticas econômicas heterodoxas propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O debate sobre as causas da inflação nos anos 80 foi muito produtivo entre economistas e estudiosos da questão. Como o assunto é muito cobrado em

concursos, sobretudo as observações feitas em Giambiagi e Além (anteriormente citados), abaixo seguem as citações pertinentes[5]:

"O Debate sobre as Causas da Inflação no Brasil

Diante da ineficácia das medidas fiscais e monetárias implementadas na primeira metade dos anos 1980, fortaleceu-se a tese de que o princípio da correção monetária, introduzido no Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), tornara-se um elemento de dificuldade para o combate à inflação. Mas, embora houvesse certa unanimidade quanto à necessidade de promover a desindexação da economia brasileira, o modo de fazê-lo estava longe de ser consensual.

Em 1984, havia basicamente quatro propostas de desindexação sendo discutidas: (1) "Pacto Social", proposto por economistas do PMDB e da Unicamp; (2) o "Choque Ortodoxo", defendido, sobretudo, por alguns economistas da FGV; (3) o "Choque Heterodoxo" de Francisco Lopes, da PUC-Rio; e (4) a "Reforma Monetária" de André Lara Resende e Pérsio Arida, ambos também da PUC-Rio.

Sinteticamente, os proponentes do "Pacto Social" defendiam que a inflação no Brasil resultava de uma disputa entre os diversos setores da sociedade por uma participação maior na renda nacional — o chamado "conflito distributivo". Nele, cada grupo buscava se apropriar de uma parcela da renda maior para si, que, somadas, eram incompatíveis com a renda agregada da economia. Assim, a cada momento, uma parcela da população conseguia aumentar sua fatia na renda real através da reivindicação de um aumento de seus rendimentos (por exemplo, aumentos nominais de salários). No momento seguinte, porém, outro grupo reivindicava o direito ao aumento (seguindo o exemplo, os empresários subiam os preços de seus produtos), corroendo o ganho real obtido pelo primeiro, e assim sucessivamente. Em resumo, era até possível, transitoriamente, alterar a participação de uma determinada categoria na renda nacional, mas, ao longo do tempo, a distribuição permanecia a mesma. O resultado para a economia, todavia, era um processo inflacionário. Vale notar ainda que os economistas do PMDB

[5] Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945- 2010/[organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, páginas 101-103.

compartilhavam a crença de que o fim do "conflito distributivo" só seria possível numa democracia, em um governo de coalizão. Nela, através de um acordo arbitrado ou promovido pelo governo, seria possível convencer empresários e trabalhadores de que a estabilização era um bem maior. Bastaria que todos concordassem em não aumentar seus preços por um determinado período para dar fim à inflação.

Em contraposição aos defensores do Pacto, encontrava-se o grupo do "Choque Ortodoxo". Baseado na teoria quantitativa da moeda, este último defendia que a inflação no Brasil não tinha nada de peculiar. Como no resto do mundo, a inflação era causada pela excessiva expansão monetária e esta nada mais era do que uma forma espúria de financiar um governo que gastava além de sua capacidade de arrecadar receitas. Em suma, a causa da inflação brasileira era o excessivo gasto público numa economia em que o Estado crescera demais. Alegava-se que a ineficácia no combate à inflação no início dos anos de 1980 — com a adoção do programa do FMI — não era culpa da terapia, mas sim do modo incompleto e ineficiente com que esta havia sido sempre aplicada no Brasil. De acordo com esses economistas, era preciso promover um "Choque Ortodoxo". Ou seja, eram precisos: severos cortes de gastos, aumento de receitas e tributos e corte brusco da emissão de moeda e de títulos da dívida. Ao mesmo tempo, dever-se-ia promover a desindexação da economia e a liberalização total de seus preços.

Por fim, tanto a proposta do "Choque Heterodoxo" quanto a da "Reforma Monetária" (explicadas a seguir) eram defendidas por alguns economistas da PUC-Rio e estavam baseadas em estudos econométricos que mostravam dois fatos estilizados. O primeiro, que o componente de realimentação pela inflação passada (componente inercial) era a principal causa da inflação do ponto de vista estatístico. O segundo indicava que a influência sobre a inflação de variações no hiato do produto (componente da "Curva de Phillips" da inflação) era muito pequena. Nesse sentido, um hiato de produto de cerca de 15% reduziria a inflação em apenas 4% ou 6% ao ano. Isso seria insignificante, dada a dimensão da inflação no país, além de ser politicamente insustentável. Os economistas questionavam também a relevância do déficit público como causa da inflação. Descontados os efeitos da correção monetária e cambial, o déficit público no Brasil atingira apenas

3,0% do PIB. Esse nível era semelhante ao verificado (nessa época) em países como Estados Unidos e França e inferior ao verificado na Itália e no Canadá — países com inflações anuais muito inferiores às taxas brasileiras."

Da citação acima, pode-se notar que a questão da indexação dos preços era um ponto pacífico entre os economistas como causa/reprodução da inflação. Desta forma, eventuais choques monetários, externos e internos, eram repassados aos preços via mecanismos de indexação, o que ocasionava o aumento da inflação entre períodos, como notado na Letra D.

GABARITO: LETRA D

Questão 04 (ESAF - Analista de Finanças e Controle (STN)/Economico-Financeira/2008)

Nos dez anos que se seguiram à posse do Presidente José Sarney, foram implementados vários Planos de estabilização com o intuito de reduzir a inflação no Brasil, sendo o último o Plano Real. Em relação a esses planos, é correto afirmar que:

a) o conceito de inflação inercial esteve subjacente a grande parte de tais planos de estabilização; sendo assim, entendia-se a inflação como sendo explicada por uma série de choques de custos ocorridos no período.

b) o conceito de inflação inercial era a principal tese acerca da inflação do período; esse tipo de inflação estava associado às constantes acelerações que a inflação apresentava no período, sendo que os períodos em que a inflação apresentava uma tendência de estabilidade, esta tendência estava associada a um baixo hiato do produto.

c) apesar de a inflação inercial ser um conceito de inflação importante para a maioria desses planos de estabilização, a estratégia de combate a essa inflação foi diferente por exemplo se compararmos o Plano Cruzado com o Plano Real, já que no primeiro optou-se pelo congelamento de preços, não utilizado no último.

d) o Plano Collor difere dos demais planos do período tanto por não se valer do congelamento de preços como por usar uma forte âncora monetária.

e) Os Planos Cruzado, Bresser e Verão utilizaram o congelamento de preços, salários e da taxa de câmbio, além de terem mantido uma política de juros elevados, após o plano.

Às alternativas:

a) Incorreto.

O erro da questão está na definição da inflação inercial. Como já observado, a inércia foi fato importante na determinação da inflação, via mecanismos que de indexação de preços. Portanto, dentro do conceito de inflação inercial, entendia-se a inflação presente como resultado da inflação passada mais eventuais choques de oferta/demanda. A inflação de custo pode ser ocasionada por algum choque de oferta ou demanda e ela, por si só, não explica a inflação inercial.

b)Incorreto.

Novamente o item define de maneira incorreta a inflação inercial. Hiato do produto é a diferença entre o PIB efetivo e o PIB real. Quanto maior o hiato do produto, maior a diferença entre o PIB potencial (capacidade de produção) e o PIB efetivo (o que foi produzido). Em geral, quando o hiato é baixo, a economia opera próximo do seu limite produtivo, o que alimenta a inflação. Note que a questão inverteu a ideia.

c) Correto.

O Plano Real será abordado na próxima aula. No entanto, já sabemos que o Plano Cruzado utilizou o congelamento de preços como instrumento no combate à inflação.

O Plano Real, por sua vez, utilizou instrumentos distintos, como política fiscal, âncora cambial, a URV, entre outras medidas que veremos posteriormente..

d) Incorreto.

Âncora monetária é uma forma de política econômica para "ancorar" os preços a alguma medida, como o valor de uma moeda estrangeira, por exemplo. A ideia da utilização da ancora monetária é deixar a inflação dependente (ancorada) na variação desta medida. A respeito, o Plano Collor não utilizou este tipo de política, pois valeu-se de congelamento de preços e sequestro de liquidez..

e) Incorreto.

O Plano Cruzado não praticou política de juros elevados, pois, na realidade, a taxa real de juros dói negativa no período do Plano.

No Plano Bresser, não houve congelamento do câmbio (câmbio era desvalorizado periodicamente).

GABARITO: LETRA B

Questão 05 (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário)/2009)

Graças ao crescimento acelerado dos preços na primeira metade dos anos 80 do século XX, o combate à inflação transformou-se em meta prioritária da política econômica do governo Sarney (1985- 1989), dando origem a três planos de estabilização consecutivos: o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Os três planos mostraram-se incapazes de reduzir as taxas de inflação, que apresentaram variação negativa somente no ano de 1986. A taxa anual de crescimento dos preços, medida pelo IGP, praticamente dobrou de 1985 a 1987 e de 1987 a 1988. O fracasso desses planos tem sido atribuído, em especial, a interpretações errôneas e (ou) incompletas das verdadeiras causas da inflação.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos planos econômicos citados.

a) Para os formuladores do Plano Cruzado, os aumentos de preço resultavam basicamente do excesso de oferta de moeda. Para reverter o processo inflacionário, avaliavam que a principal medida a ser tomada seria dotar o Banco Central de independência.

b) A política inflacionária do Plano Cruzado reduziu as expectativas de lucro dos empresários, provocando redução substancial na produção industrial com consequências adversas no nível de emprego.

c) O Plano Verão foi um plano estritamente ortodoxo de combate à inflação.

d) O diagnóstico da inflação que fundamentou o Plano Bresser atribuía a inflação em vigor não só à indexação geral da economia, mas também a um excesso de demanda. Com base nesse diagnóstico, o plano propunha tanto medidas políticas anti-inflacionárias ortodoxas quanto heterodoxas.

e) O severo ajuste fiscal ocorrido em 1989 contribuiu para o relativo sucesso do Plano Verão. As taxas de inflação foram substancialmente reduzidas em 1990.

Vamos aos itens:

a) Incorreto.

O aumento de preços, segundo os formuladores do Plano Cruzado, era resultado da inércia inflacionária, ou seja, da influência do aumento dos preços passados no reajuste de preços no presente. Portanto, não há relação com a quantidade de moeda.

b) Incorreto.

Após a instauração do Plano Cruzado, a demanda agregada aumentou de maneira significativa, em resposta ao aumento do poder de compra dos consumidores. Este fato resultou em aumento da produção.

c) Incorreto.

O Plano Verão recorreu a elementos ortodoxos, como redução das despesas públicas, limitação das emissões monetárias e medidas de restrição do crédito, e a elementos heterodoxos, como congelamentos de preços e salários.

d) Correto.

O item está correto. De fato, o Plano Bresser entendeu a inflação como resultados da inércia inflacionária e do excesso de demanda. Para resolver o problema, propôs incialmenre a utilização de políticas fiscal e monetária contracionista e posteriormente o congelamento de preços, a fim de evitar o aumento de preços posterior à estabilização.

e) Incorreto.

A inflação foi reduzida apenas em fevereiro/89, sendo que em março ela já acelerou novamente. Em 1990 o Brasil registrava o fenômeno da hiperinflação.

GABARITO: LETRA D

Questão 06 (. CESPE - Analista Administrativo (TCE-ES)/Administração-Economia/2013)

Com relação aos principais planos de estabilização da economia brasileira, assinale a opção correta.

a) O aumento do poder de compra dos trabalhadores foi um resultado importante observado no Plano Cruzado.

b) Nos Planos Cruzado e Bresser, os salários foram congelados.

c) O principal objetivo do Plano Bresser foi a completa eliminação da indexação da economia.

d) O Plano Verão instituiu o cruzado novo com o objetivo de expansão da demanda agregada da economia por meio da expansão monetária.

e) O Plano Verão instituiu a URP (unidade de referência de preços) salarial, o que culminou na retroalimentação da inflação.

a) Correto.

O Plano Cruzado promoveu amplo congelamento de preços e aumento dos salários mínimo e médio. Como consequência, o poder de compra dos trabalhadores aumentou no decorrer do Plano.

b) Incorreto.

O Plano Bresser, apesar de promover congelamento inicial de salários, previa um fator de correção para o mesmo, a Unidade de Referência de Preços. Ou seja, o salário não permaneceu congelado no decorrer do Plano. O mesmo aconteceu no Plano Cruzado, que congelou os salários no início do Plano, mas o reajustou em seu decorrer.

c) Incorreto.

O principal objetivo do Plano Bresser era o controle gradual da inflação, não eliminando a indexação.

d) Incorreto.

Um dos objetivos do Plano Verão era a contenção da demanda agregada através receituário econômico ortodoxo, isto é, políticas monetária e fiscal contracionista

e) Incorreto.

A referida unidade foi instituída no Plano Bresser, como informado na alternativa B.

GABARITO: LETRA A

Questão 07 (CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área IX/Consultor Legislativo/2014)

Com relação aos planos econômicos brasileiros das décadas de 1980 e de 1990, julgue o item a seguir.

O fracasso do Plano Cruzado pode ser atribuído à duração excessiva do congelamento e à deterioração das contas externas.

Giambiagi e Além, oportunamente citados, discutem as falhas do Plano Cruzado:

"De acordo com os próprios 'pais' do Cruzado, houve vários erros na concepção e na própria condução do Plano, a saber: (1) o diagnóstico de que a inflação era

"puramente inercial" estava equivocado. Antes da introdução do Plano, a inflação já estava se acelerando; (2) os abonos salariais contribuíram para reforçar a explosão de consumo que normalmente ocorre após a estabilização; (3) a condução das políticas monetária e fiscal foi excessivamente "frouxa", o que poderia ter evitado o aquecimento de demanda; ***(4) o congelamento durou demasiadamente: 11 meses (eram previstos inicialmente apenas três meses);*** *(5) diferentemente dos salários, os preços foram congelados em seus níveis correntes e não médios, introduzindo diversas distorções de preços relativos; (6) o gatilho salarial reintroduziu e agravou a questão da indexação dos preços; (7) a chamada 'economia informal' ficou fora do congelamento, o que contribuiu para desalinhar ainda mais os preços relativos;* ***(8) a manutenção do câmbio fixo de fevereiro até novembro, somada ao crescimento da demanda, fez com que as contas externas se deteriorassem;*** *e (9) a existência de uma defasagem nos preços públicos no momento do congelamento piorou a situação fiscal do governo. Dessa forma, nos planos que se seguiram ao Cruzado, o governo Sarney procurou não repetir os erros citados. O resultado, porém, esteve longe de ser satisfatório." (grifos meus)*

Os grifos do trecho acima salientam os motivos apresentados pela questão.

GABARITO: CERTO

Questão 08 (FGV - Técnico de Nível Superior (AL BA)/Economia/2014)

A partir de 1985, o combate à inflação se tornou o objetivo principal dos governos brasileiros, do Plano Cruzado (1986) até o Plano Collor II (1991).

Como característica comum, esses planos

a) se basearam no fluxo de capitais internacionais que facilitaria o controle de preços.

b) entenderam que a inflação era de custos e, portanto, medidas de contenção da demanda conteriam o nível de preços.

c) diagnosticaram a inflação de caráter inercial, tendo como medida principal o congelamento dos preços.

d) fixaram o preço dos aluguéis como forma de contenção dos preços residenciais.

e) dependeram da abertura da economia como forma de conter os preços dos bens comercializados.

Questão sobre as características comuns entre os planos Cruzado e Collor II.

Vamos às alternativas:

a) Incorreto. Na concepção e implantação dos referidos planos de estabilização não houve a preocupação com o fluxo externo de capitais. A respeito, apenas o Plano Real, posteriormente concebido, apresentou tal preocupação.

b) Incorreto.

Item totalmente incorreto. Primeiro, os planos entenderam que a inflação possuía predominantemente o componente inercial. Segundo, medidas de contenção de demanda, quando implantadas, foram realizadas de maneira ineficaz.

c) Correto.

Todos os planos diagnosticaram a inflação como predominantemente inercial. E, como "remédio", todos prescreveram o congelamento de preços.

d) Incorreto.

Esta foi uma das medidas aplicadas no Plano Bresser.

e) Incorreto.

Como visto de maneira reiterada, a abertura comercial não foi utilizada nos planos citados. O fator comum entre eles foi a utilização de congelamento de preços.

GABARITO: LETRA C

Questão 09 (FGV - Técnico Superior Especializado (DPE RJ)/Economia/2014)

Uma das principais medidas do Plano Cruzado foi o (a)

a) congelamento dos salários como forma de estancar a inflação.

b) maxidesvalorização como forma de estimular o setor exportador e gerar superávits comerciais.

c) implementação de uma política monetária restritiva, com elevação da taxa de juros.

d) definição de regras de conversão de preços que evitasse efeitos redistributivos de renda.

e) estabelecimento de uma política fiscal austera de combate à inflação.

O Plano Cruzado, com o diagnóstico de que a inflação era de caráter inercial, adotou as seguintes principais medidas:

- Reforma Monetária e Congelamento – estabelecimento do cruzado com nova moeda e congelamento de preços a partir de 28/02/1986;
- Desindexação da Economia – os contratos deveriam ser reajustados com no mínimo 1 ano e as ORTNs foram substituídas pelas OTNs, cujo valor estava congelado; E
- Política Salarial – abono de 8% para todos os salários e 16% para o salário mínimo e congelamento dos salários neste nível, dissídios anuais e gatilho salarial, caso a inflação atingisse 20%.

Neste contexto, vejamos as alternativas:

a) Os salários foram reajustados, conforme item (iii)

b) A taxa de câmbio foi congelada durante 1 ano, com o objetivo de não exercer influência na elevação da inflação

c) As políticas fiscal e monetária não contribuíram para o sucesso do plano. Enquanto a política fiscal era expansiva, o lado monetário apresentou juros reais negativos, desincentivando a poupança e contribuindo no aumento do consumo.

d) Correto. Como visto no item (ii), a economia passou pela desindexação, através de regras de conversão de preços que evitasse efeitos redistributivos de renda

e) Como afirmado na alternativa 'c', o Plano Cruzado promoveu uma política fiscal expansiva.

GABARITO: LETRA D

Questão 10 (CESPE - Economista (MJ)/2013)

Com referência à influência do endividamento público no Brasil e à inflação, julgue o item a seguir.

A extinção da conta-movimento do Banco do Brasil em 1986 prejudicou a política de controle inflacionário, tendo em vista que essa conta era um dos instrumentos de política monetária.

A conta movimento, que funcionou entre 1965 e 1986, consistia no repasse dos recursos do Banco Central do Brasil (BACEN), para que este "cobrisse" os desequilíbrios entre ativos e passivos do Banco do Brasil (BB). Na prática, o Banco do Brasil concedia créditos ao Tesouro Nacional, promovendo aumento dos meios de pagamento e, consequentemente, pressionando a inflação.

No caso do BB apresentar desequilíbrios entre as entradas e saídas de caixa, o BACEN, através da conta movimento, concedia os recursos necessários para equilibrar ativos e passivos diariamente. Como estes valores não transitavam pelo orçamento federal, os gastos do governo poderiam superar os gastos autorizados pelo orçamento.

Portanto, a extinção da conta-movimento concedeu mais transparência às políticas fiscal e monetária, além de auxiliar no controle da inflação.

GABARITO: ERRADO

Questão 11 (NCE e FUJB (UFRJ) - Profissional Básico (BNDES)/Economia/2005)

Entre as causas do fracasso do Plano Cruzado (1986), pode-se apontar:

a) A desindexação parcial da economia, já que só os salários foram desindexados.

b) A prática de políticas fiscal e monetária expansivas, que, aliada à valorização real da taxa de câmbio, acabou por inviabilizar a sustentação do tabelamento de preços, salários e câmbio.

c) O cenário externo extremamente desfavorável à economia brasileira, marcado pela retração da atividade econômica, do comércio e do crédito internacional, o que inviabilizou a sustentação do tabelamento da taxa de câmbio, que deveria atuar como âncora dos preços.

d) A baixa credibilidade do então Ministro da Fazenda e do próprio Plano junto à opinião pública inviabilizou, desde o início, o controle de preços e salários.

e) O desvio entre a política macroeconômica (fiscal, monetária e cambial) prevista no Plano, de caráter restritivo, a ser combinada com a desindexação da economia, e a política efetivamente praticada no período, que foi expansiva.

Giambiagi e Além, oportunamente citados, discutem as falhas do Plano Cruzado:

"De acordo com os próprios 'pais' do Cruzado, houve vários erros na concepção e na própria condução do Plano, a saber: (1) o diagnóstico de que a inflação era "puramente inercial" estava equivocado. Antes da introdução do Plano, a inflação

já estava se acelerando; (2) os abonos salariais contribuíram para reforçar a explosão de consumo que normalmente ocorre após a estabilização; (3) a condução das políticas monetária e fiscal foi excessivamente "frouxa", o que poderia ter evitado o aquecimento de demanda; ***(4) o congelamento durou demasiadamente: 11 meses (eram previstos inicialmente apenas três meses);*** *(5) diferentemente dos salários, os preços foram congelados em seus níveis correntes e não médios, introduzindo diversas distorções de preços relativos; (6) o gatilho salarial reintroduziu e agravou a questão da indexação dos preços; (7) a chamada 'economia informal' ficou fora do congelamento, o que contribuiu para desalinhar ainda mais os preços relativos;* ***(8) a manutenção do câmbio fixo de fevereiro até novembro, somada ao crescimento da demanda, fez com que as contas externas se deteriorassem;*** *e (9) a existência de uma defasagem nos preços públicos no momento do congelamento piorou a situação fiscal do governo. Dessa forma, nos planos que se seguiram ao Cruzado, o governo Sarney procurou não repetir os erros citados. O resultado, porém, esteve longe de ser satisfatório." (grifos meus)*

Neste contexto, vejamos as alternativas:

a) Incorreto.

A desindexação da economia foi total, com a proibição de reajustes contratuais com prazo inferior a 1 ano.

b) Correto.

Como mostrado acima, este foi um dos principais motivos do fracasso do Plano: as políticas monetária e fiscal frouxa contribuíram para a manutenção de elevada demanda agregada, tornando insustentável o tabelamento de preços.

c) Incorreto.

Não havia âncora cambial no Plano Cruzado. Ou seja, o câmbio não foi utilizado como forma de controlar (ancorar) os preços.

d) Incorreto.

No início do Plano o congelamento de preços, assim como o controle da inflação, obtiveram resultados positivos.

e) Incorreto.

Como já salientando, as políticas econômicas não tiveram caráter restritivo na condução do Plano.

GABARITO: LETRA B

Questão 12 (CESPE - Analista do Banco Central do Brasil/Área 3 - Política Econômica e Monetária/2013)

Se as medidas econômicas implementadas no início dos anos 80 do século passado se concentraram em debelar a crise da dívida externa, as que se seguiram, nessa mesma década, tiveram como principal meta o combate do processo inflacionário em curso.

Acerca dessa conjuntura, julgue o item que se segue.

O Plano Bresser reajustou os preços públicos e administrados, o que provocou uma inflação corretiva.

O objetivo do Plano Bresser era um só: controlar a inflação!

De acordo com o Plano, a inflação possuía dois diagnósticos: inércia e excesso de demanda.

Para tanto, se valia de elementos ortodoxos, tais como o uso de políticas monetária e fiscal claramente contracionistas, a fim de controlar o excesso de demanda agregada. E, de outros heterodoxos, como o congelamento de preços e salários, os quais pretendiam debelar o componente inercial da inflação (com o congelamento de preços).

No entanto, o Plano Bresser promoveu um reajuste de preços públicos e administrados, a fim de conter o déficit público, alimentando a própria inflação.

GABARITO: CERTO

Questão 13 (CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área IX/Consultor Legislativo/2014)

Com relação aos planos econômicos brasileiros das décadas de 1980 e de 1990, julgue o item a seguir.

O governo promoveu uma série de ajustes fiscais por meio do Plano Verão, tendo conseguido efetivamente conter o avanço da demanda agregada.

A respeito do assunto, cabe citar novamente Giambiagi e Além:

"Do ponto de vista da eficácia do Plano Verão, a inflação baixou no primeiro mês de sua implementação (fevereiro), mas, já em março, entrou em rota ascendente. Agora, sem nenhum mecanismo de coordenação de expectativas devido à extinção dos indexadores, cada agente olhava o índice que melhor lhe convinha, e os períodos de reajuste de preços foram sistematicamente reduzidos. O resultado para a economia foi um grande aumento da inflação, que ultrapassou 80% ao mês no começo de 1990."

Objetivamente, a questão está incorreta ao afirmar que o Plano Verão conseguiu controlar a demanda agregada. Adicionalmente, o excesso de demanda foi um fator importante no avanço da inflação no período.

GABARITO: ERRADO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos aqui a nossa aula demonstrativa. Espero que tenham gostado e compreendido nossa proposta de curso.

Saiba que ao optar pelos Estratégia Concursos estará fazendo a escolha certa. Isso será perceptível no decorrer do curso, a medida em que formos desenvolvendo os assuntos.

Quaisquer dúvidas, sugestões ou críticas entrem em contato conosco. Estou disponível no fórum no Curso, por e-mail ou pelo *Facebook*.

vdalvocamillo@gmail.com

https://www.facebook.com/profvicentecamillo/

Obrigado pela companhia.

Aguardo vocês na próxima aula.

Bons estudos e até lá!

Prof. Vicente Camillo

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.